

Paranaíta
Ribeirãozinho
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de dezembro de
2020 com relatório do auditor
independente**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	5
Balanco patrimonial	8
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração do fluxo de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	14



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A **Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“PRTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2020.

1) A companhia

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“PRTE” ou “Companhia”), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 – 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	1.011,75
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	4

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 396.623.363 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 388.223.668 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2020 e 2019 são:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
• Liquidez geral	2,47	1,97
• Liquidez corrente	2,25	0,66
• Relação patrimônio líquido/ativo	59,48%	49,22%
• Relação passivo não circulante/ativo	33,20%	35,91%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	23,66%	26,43%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	34,15%	39,02%
Ativo total	1.677.263	1.629.880
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	(236.072)	(212.021)

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as empresas do Grupo SGBH além de suas sedes no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH e suas subsidiárias vêm operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos, prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de março de 2021.

Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de junho de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

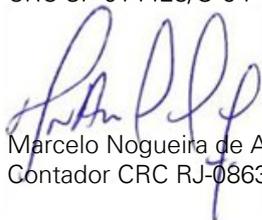
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	187.263	96.818
Concessionárias e permissionárias	8	42.139	41.485
Contas a receber - partes relacionadas	18	1.034	288
Estoques		180	-
Adiantamento a fornecedores		256	1.387
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	42.636	18.853
Outros impostos a recuperar	9	1.947	1.912
Outros ativos circulantes		568	267
		276.023	161.010
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	11	-	11.489
Títulos e valores mobiliários	10	20.875	25.491
Imobilizado	12	1.348.326	1.399.839
Intangível	13	32.034	32.051
Outros ativos circulantes		4	-
		1.401.239	1.468.870
Total do ativo		1.677.262	1.629.880

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	14	15.664	70.342
Fornecedores - partes relacionadas	18	6.298	15
Empréstimos e financiamentos com terceiros	17	46.908	45.023
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	14.534	36.167
Outros impostos a pagar	15	8.067	16.073
Taxas regulamentares	16	3.552	2.040
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	20	24.968	70.658
Outros passivos circulantes		2.816	1.957
		122.807	242.275
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	17	545.662	585.302
Outras provisões – compensação ambiental		11.134	-
		556.796	585.302
Patrimônio líquido	20		
Capital social		675.001	675.001
Reserva de Lucros		840.873	611.280
Reserva Legal		52.991	36.704
Reserva de Incentivos fiscais		39.141	
Prejuízo acumulado		(610.347)	(520.682)
		997.659	802.303
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.677.262	1.629.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional líquida	21	375.086	372.548
Custo da operação	22	<u>(59.220)</u>	<u>(54.605)</u>
Lucro bruto		315.866	317.943
Despesas gerais e administrativas	23	(13.491)	(4.632)
Outras despesas/receitas operacionais	25	<u>38.365</u>	<u>(228)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		340.740	313.083
Resultado financeiro	26	<u>(41.921)</u>	<u>(44.441)</u>
Receita financeira		3.211	10.580
Despesa financeira		(45.132)	(55.021)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>298.819</u>	<u>268.642</u>
Imposto de renda e contribuição social	27	(62.747)	(56.621)
Lucro líquido do exercício		<u>236.072</u>	<u>212.021</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	236.072	212.021
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>236.072</u>	<u>212.021</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital	Reserva	Retenção	Reserva de Incentivos fiscais	Prejuízos Acumulados	Total
	social	legal	de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	675.001	21.041	395.787	-	(419.452)	672.377
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	212.021	212.021
Juros sobre capital próprio	-	-	(82.095)	-	-	(82.095)
Constituição da reserva legal	-	15.663	-	-	(15.663)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	297.588	-	(297.588)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	675.001	36.704	611.280	-	(520.682)	802.303
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	236.072	236.072
Constituição da reserva legal	-	16.287	-	-	(16.287)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	270.309	-	(270.309)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM	-	-	-	39.141	(39.141)	-
Juros sobre capital próprio conf. AGO de 28 de dezembro de 2020	-	-	(29.374)	-	-	(29.374)
Dividendos propostos	-	-	(11.342)	-	-	(11.342)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	675.001	52.991	840.873	39.141	(610.347)	997.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro / (Prejuízo) do exercício antes dos impostos	298.820	268.642
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações cambial sobre financiamentos	43.510	65.937
Depreciação e amortização	41.397	41.245
Variação monetária do financiamento	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	406	178
Outras provisões - compensação ambiental	1.434	-
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(1.061)	(41.663)
Contas a receber - partes relacionadas	(746)	(285)
Estoques	(180)	-
Impostos a recuperar	(23.818)	(18.621)
Adiantamentos a fornecedores	1.131	1.309
Outros ativos	(305)	599
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(54.677)	52.233
Fornecedores partes relacionadas	6.283	15
Tributos e contribuições sociais	(29.776)	13.609
Compensação Ambiental	9.696	-
Taxas regulamentares	1.512	2.040
Outros passivos	863	(423)
Juros pagos	(39.870)	(43.168)
Impostos pagos	(55.528)	(33.533)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	199.091	308.114
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	10.134	(154.142)
Títulos e valores mobiliários	4.615	(25.491)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	14.749	(179.633)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital		-
Empréstimos e financiamentos captados		-
Financiamentos pagos	(41.395)	(550.000)
Dividendos pagos	(12.220)	(3.120)
Juros sobre capital próprio pagos	(69.780)	-
Fluxo de caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	(123.395)	(553.120)
(Redução)/ Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	90.445	(424.639)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	96.818	521.457
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	187.263	96.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “PRTE”), foi constituída em 27 de abril de 2016 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 334.568.197,00 sem deságio frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016, pelo prazo de 30 anos.

A Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Mato Grosso:

- (i) Linha de Transmissão composta pelo terceiro circuito em 500kV entre as subestações Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho, em circuito simples, com extensão aproximada de 1.005km
- (ii) Equipamentos de compensação de reativos, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2. Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP foi determinada em R\$334.568 (valor histórico) e será corrigida no mês de julho de cada exercício, com base na variação do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 388.223 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 396.623 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1.3. Coronavírus (COVID-19)

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde.

Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, as quais foram adotadas pelas companhias do Grupo, com destaque para as seguintes:

- (i) Postergação do recolhimento do PIS e da Cofins, assim como da contribuição previdenciária relativos às competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020.
- (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, o qual deverá ser pago a partir de julho e poderá ser parcelado em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020.
- (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020.
- (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias, como DCTF e EFD, entre outras.

A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão deste relatório, tem caráter temporário e servirá para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses, em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020.

Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- (i) Adoção de trabalho em casa para seus funcionários, para evitar deslocamento e risco potencial de contágio

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

- (ii) Implementação do Protocolo Covid-19 de Condição e Comportamento de Trabalho Seguro, que estabelece diretrizes para proteger as pessoas em cada local de trabalho e ambientes, veículos, atividades e viagens;
- (iii) Webinar de Retorno de Trabalho Seguro aplicado a todos os funcionários, a fim de compartilhar as novas regras e rotinas a serem aplicadas a nível da empresa;
- (iv) Retorno de Trabalho Seguro aplicado em 3 fases para retorno do escritório do Rio;
- (v) Para reduzir a exposição ao risco de contágio dos empregados que utilizam o transporte público e puderam retornar ao trabalho no Rio Office, a empresa disponibilizou transporte individual gratuito para os que necessitassem;
- (vi) Adoção de novos testes confiáveis e indolores conhecidos como RT-Lamp;
- (vii) Testes preventivos de rotina em massa aplicados aos funcionários para identificar precocemente a infecção da Covid19 e prevenir contágio posterior a outros funcionários, terceiros e sociedade;
- (viii) Testes de rotina aplicados a casos suspeitos;
- (ix) Intensificação das rotinas de limpeza e higienização de todas as unidades de trabalho;
- (x) Sinalização informativa aplicada a todas as unidades;
- (xi) Distanciamento social aplicado em escritórios, veículos, atividades, treinamentos, restaurantes;
- (xii) Fornecer EPI adequado e reforçar a necessidade de seu uso correto;
- (xiii) Intensificação da higienização e higienização das mãos com álcool 70 %;

Impacto nas demonstrações financeiras

No exercício de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).
- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações;

Os impactos no ano de 2020 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Nos primeiros meses do ano esta conta registrou perdas, que, no entanto, foram parcialmente compensadas nos meses do segundo semestre do ano, gerando baixo impacto, ainda que negativo, no acumulado do ano de 2020. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP.

No que tange às despesas, o mesmo se verificou. Os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio de 0,6% no total anual das despesas, patamar considerado imaterial.

1.4. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 30 de abril de 2021.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração contábil regulatória. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das principais práticas contábeis regulatórias

A prática contábil regulatória utilizada é a mesma adotada na demonstração financeira societária, a qual foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 14 - Imobilizado e 15 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocado a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11. Meio Ambiente

Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo até o final da construção e serão amortizados pelo prazo de concessão.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

4.12. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.13. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. Normas e interpretações novas e revisadas

5.1 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2020, são as seguintes:

- Contratos onerosos (alterações ao CPC 25)
- Reforma de taxas de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27)
- Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

		31/12/2020			31/12/2019		
	<u>Nota</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Ativo							
Ativo circulante		276.023	413.368	689.391	161.010	398.109	559.119
Caixa e equivalentes de caixa		187.263	-	187.263	96.818	-	96.818
Concessionárias e permissionárias		42.139	-	42.139	41.485	-	41.485
Contas a receber - partes relacionadas		1.034	-	1.034	288	-	288
Estoques		180	-	180	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		256	-	256	1.387	-	1.387
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		42.636	-	42.636	18.853	-	18.853
Outros impostos a recuperar		1.947	-	1.947	1.912	-	1.912
Ativo de contrato	a	-	413.368	413.368	-	398.109	398.109
Outros ativos circulantes		568	-	568	267	-	267
Ativo não circulante		1.401.239	1.860.983	3.262.222	1.468.870	1.721.417	3.190.287
Ativo de contrato	a	-	3.239.751	3.239.751	-	3.151.481	3.151.481
Títulos e valores mobiliários		20.875	-	20.875	25.491	-	25.491
Impostos diferidos		-	-	-	11.489	-	11.489
Outros ativos não circulantes		4	-	4	-	-	-
Imobilizado	b	1.348.326	(1.346.858)	1.468	1.399.839	(1.398.176)	1.663
Intangível	b	32.034	(31.910)	124	32.051	(31.888)	163
		1.677.262	2.274.351	3.951.613	1.629.880	2.119.526	3.749.406

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020			31/12/2019			
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		122.807	-	122.807	242.275	-	242.275
Fornecedores terceiros		15.664	-	15.664	70.342	-	70.342
Fornecedores partes relacionadas		6.298	-	6.298	15	-	15
Empréstimos e financiamentos		46.908	-	46.908	45.023	-	45.023
Imposto de renda e contribuição social a pagar		14.534	-	14.534	36.167	-	36.167
Outros impostos a pagar		8.067	-	8.067	16.073	-	16.073
Taxas regulamentares		3.552	-	3.552	2.040	-	2.040
Dividendos propostos		24.968	-	24.968	70.658	-	70.658
Outros passivos circulantes		2.816	-	2.816	1.957	-	1.957
Passivo não circulante		556.796	1.019.097	1.575.893	585.302	953.937	1.539.239
Empréstimos e financiamentos		545.662		545.662	585.302	-	585.302
Outras provisões – compensação ambiental		11.134		11.134	-	953.937	953.937
Impostos Diferidos		-	1.019.097	1.019.097			
Patrimônio Líquido		997.659	1.255.254	2.252.913	802.303	1.165.589	1.967.892
Capital social		675.001	-	675.001	675.001	-	675.001
Reserva de lucros		840.873	-	840.873	611.280	-	611.280
Reserva especial de lucros a realizar		-	644.907	644.907	-	644.907	644.907
Reserva legal		52.991	-	52.991	36.704	-	36.704
Reserva de Incentivos fiscais		39.141	-	39.141			
Prejuízo acumulado	d/e	-610.347	610.347	-	-520.682	520.682	-
		1.677.262	2.274.351	3.951.613	1.629.880	2.119.526	3.749.406

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	375.086	93.954	469.049	372.548	317.452	690.000
Custo da operação	e	(59.220)	51.293	(7.927)	(54.605)	(138.477)	(193.082)
Lucro bruto		315.886	145.247	461.113	317.943	178.975	496.918
Despesas gerais e administrativas		(13.491)	-	(13.491)	(4.632)	-	(4.632)
Outras (despesas) / receitas operacionais		38.365	-	38.365	(228)	-	(228)
Resultado antes do resultado financeiro		340.740	145.247	485.987	313.083	178.975	492.058
Resultado financeiro		(41.921)		(41.921)	(44.441)	(13.705)	(58.146)
Receita financeira		3.211		3.211	10.580		10.580
Despesa financeira		(45.132)		(45.132)	(55.021)	(13.705)	(68.726)
Lucro antes dos impostos		298.819	145.247	444.066	268.642	165.270	433.912
Imposto de renda e contribuição social	c	(62.747)	(55.584)	(118.331)	(56.621)	(64.041)	(120.662)
Lucro líquido do exercício		236.072	89.663	325.735	212.021	101.229	313.250

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio Líquido societário	<u>2.252.913</u>	<u>1.967.892</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(3.653.119)	(3.549.590)
Impostos diferidos ativos	-	-
Imobilizado	1.346.858	1.398.176
Imobilizado não vinculado à concessão		
Intangível	31.910	31.888
Impostos diferidos passivos	1.019.097	
Outros passivos circulantes		<u>953.937</u>
Patrimônio Líquido regulatório	<u><u>997.659</u></u>	<u><u>802.303</u></u>

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo (lucro) líquido conforme contabilidade societária	325.735	313.250
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(501.454)	(476.482)
Margem de construção	370.472	316.432
Outras receitas	17.311	(10.280)
PIS/COFINS Diferido	9.577	32.357
Depreciação regulatória	(41.153)	(41.002)
Juros sobre empréstimo - Societário		13.705
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	55.584	64.041
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	236.072	212.021

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas DFs baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

f) Nas demonstrações financeiras societárias o reconhecimento dos juros das debêntures e do financiamento do BNDES é feito no resultado dentro de despesas financeiras. Nas demonstrações contábeis regulatórias, esses juros são capitalizados no imobilizado em curso, quando demonstrado a sua recuperação e os futuros benefícios econômicos.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	1	1
Banco	9.531	9.985
Aplicações financeiras	177.731	86.832
	<u>187.263</u>	<u>96.818</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento. Os CDBs podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração de 97% da taxa CDI.

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	41.930	40.580
Vencidas até 30 dias	15	182
Vencidas até 60 dias	26	48
Vencidas até 90 dias	42	46
Vencidas até 120 dias	8	20
Vencidas até 180 dias	12	11
Vencidas há mais de 180 dias	292	776
	42.325	41.663
(-) PCE	(186)	(178)
	<u>42.139</u>	<u>41.485</u>

Em função do giro de contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCE deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCE julgada necessária. Segue movimentação da PCE:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo em 1º de janeiro	(178)	-
Reversão	199	-
Provisão	(207)	(178)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(186)</u>	<u>(178)</u>

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

9. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRPJ saldo negativo (i)	18.434.717	1.884.819
CSLL saldo negativo	6.936.934	-
IRRF a recuperar	13.158.141	12.946.628
CSLL a recuperar	4.106.867	4.023.009
	<u>42.636.659</u>	<u>18.854.456</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pis a recuperar	281.552	281.552
Cofins a recuperar	1.299.473	1.299.473
INSS	272.206	215.862
Outros	93.109	113.608
	<u>1.946.340</u>	<u>1.910.495</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRPJ saldo negativo (i)	18.434	1.884
CSLL saldo negativo	6.936	-
IRRF a recuperar	13.159	12.946
CSLL a recuperar	4.107	4.023
	<u>42.636</u>	<u>18.853</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pis a recuperar	281	281
Cofins a recuperar	1.299	1.299
INSS	272	215
Outros	95	117
	<u>1.947</u>	<u>1.912</u>

(i) Variação refere-se a saldo negativo IRPJ de 2019.

10. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Conta reserva - financiamentos	20.875	25.491
	<u>20.875</u>	<u>25.491</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 17).

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Durante todo o prazo do contrato, caso a PRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter seis vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

11. Impostos diferidos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Tributos diferidos ativos (i)	-	11.489
	<u>-</u>	<u>11.489</u>

(i) Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal de 2018.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado

12.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	1.420.161			19	1.420.180	19	(82.155)	1.338.025	1.379.159
Terrenos									
Edificações, obras civis e benfeitorias	44.062	-	-	-	44.062	-	(3.300)	40.762	42.412
Máquinas e equipamentos	1.376.092	-	-	19	1.376.111	19	(78.854)	1.297.257	1.336.740
Veículos	-	-	-	-	-	-			
Móveis e utensílios	7	-	-	-	7	-	(1)	6	7
Administração	1.827			8	1.835	8	(406)	1.429	1.624
Máquinas e equipamentos	844	-	-	8	852	8	(138)	714	775
Veículos	899	-	-	-	899	-	(257)	642	770
Móveis e utensílios	84	-	-	-	84	-	(11)	73	79
	1.421.988	-	-	27	1.422.015	27	(82.561)	1.339.454	1.380.783
Ativo imobilizado em curso									

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Transmissão	19.018	4.131	(14.296)	(19)	8.834	(10.042)	-	8.834	19.018
Máquinas e equipamentos	158	80	(71)	(16)	151	135	-	151	158
Outros	18.860	4.051	(14.225)	(3)	8.683	(10.177)	-	8.683	18.860
Administração	38	8	-	(8)	38	-	-	38	38
Máquinas e equipamentos	38	8	-	(8)	38	-	-	38	38
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	19.056	4.139	(14.296)	(27)	8.872	(10.042)	-	8.872	19.056
Ativo imobilizado	1.441.044	4.139	(14.296)	-	1.430.887	(10.015)	(82.561)	1.348.326	1.399.839

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

12.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2020			2019
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	1.420.180	(82.155)	1.338.025	1.379.159
Administração	7,51%	1.835	(406)	1.429	1.624
		1.422.015	(82.561)	1.339.454	1.380.783

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

12.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2020

Adições do ativo imobilizado em curso	Valor
Máquinas e Equipamentos	88
Desenvolvimento de Projetos	567
Material em depósito	2.439
Adiantamentos a Fornecedores	1.045
	4.139

12.4. Principais aquisições do ativo imobilizado em serviço em 2020

Transmissão	Grupo	Valor
TELEFONE SEM FIO DE LONGO ALCANCE MODELO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	17
ICMS S/NF 392 LOS ANDES	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2
Administração	Grupo	Valor
NOTEBOOK DELL VOSTRO 14 5000	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	7
KIT DE MOUSE E TECLADO SEM FIO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1
NOTEBOOK DELL VOSTRO 14 5000 ICMS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1

12.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2020

Não houve baixas do ativo imobilizado em serviço.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

13. Intangível

13.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	29.562	-	-	-	29.562	-	-	29.562	29.562
Servidões	29.562	-	-	-	29.562	-	-	29.562	29.562
Administração	204	-	-	-	204	-	(81)	123	163
Servidões	204	-	-	-	204	-	(81)	123	163
	29.766	-	-	-	29.766	-	(81)	29.685	29.725
Ativo intangível em curso									
Transmissão	2.326	22	-	-	2.348	22	-	2.348	2.326
Depósitos Judiciais	2.284	-	-	-	2.284	-	-	2.284	2.284
Softwares	42	22	-	-	64	22	-	64	42
Administração	-	-	1	-	1	(1)	-	1	-
Softwares	-	-	1	-	1	(1)	-	1	-
	2.326	22	1	-	2.349	21	-	2.349	2.326
Ativo Intangível	32.092	22	1	-	32.115	21	(81)	32.034	32.051

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

13.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2020			2019
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	29.562	-	29.562	29.562
Administração	10,00%	204	(81)	123	163
		29.766	(81)	29.685	29.725

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados

13.3. Principais aquisições do ativo intangível em curso em 2020

Adições do ativo intangível em curso	Valor
Software	22
	22

13.4. Principais aquisições do ativo intangível em serviço em 2020

Não houve adição do ativo intangível em serviço.

13.5. Principais baixas do ativo intangível em serviço em 2020

Não houve baixas do ativo intangível em curso.

14. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para encerramento de obra	10.719	57.123
Fornecedores diversos	4.945	13.219
	15.664	70.342

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

15. Tributos e contribuições sociais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRPJ (i)	1.345	27.032
CSLL	13.189	9.135
	<u>14.534</u>	<u>36.167</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS	601	591
COFINS	2.774	2.730
IRRF retido na fonte	4.414	12.311
Outros	278	441
	<u>8.067</u>	<u>16.073</u>

- (i) Variação refere-se a provisão de incentivos fiscais SUDAM 2020 e transferência de saldo negativo IRPJ de 2019 para impostos a recuperar

16. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (i)	3.424	1.860
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	128	180
	<u>3.552</u>	<u>2.040</u>

(i) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2020, através do Despacho nº 2.212 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 1.546.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto juros	Data prox. pgto	Frequência amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	31/12/2020	31/12/2019
BNDDES Debenture SGBH	dez/18 mar/18	jan/34 marc/19	mensal -	15/04/20 -	mensal -	TJLP +1,93% 108 % CDI	SGBH N/A	TJLP + 1,93% 108% CDI	592.570	630.325 -
									592.570	630.325
Circulante									46.908	45.023
Não circulante									545.662	585.302
									592.570	630.325

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2020
BNDDES	630.325	43.510	(39.870)	-	(41.395)	592.570
Total	630.325	43.510	(39.870)	-	(41.395)	592.570

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2018	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2019
BNDDES	580.084	50.240	-	-	-	630.325
Debenture SGBH	577.472	15.697	(43.168)	-	(550.000)	-
Total	1.157.556	65.937	(43.168)	-	(550.000)	630.325

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Debênture SGBH

Em 28 de fevereiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº468 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis, da Espécie Quirografária, em Duas Fases entre a Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. e a State Grid Brazil Holding - SGBH no valor de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sendo a primeira série no valor de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e a segunda R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento.

Sobre o montante, incidiram juros equivalentes à 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados pro-rata-die com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano.

O saldo devedor, devidamente acrescido da remuneração (conforme definido acima), foi totalmente amortizado em 2019.

BNDES

Em 16 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES. Nesse contrato foi liberado um limite no montante de R\$ 922.672.768,00 (novecentos e vinte e dois milhões seiscentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta e oito reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão, até 31 de dezembro de 2018 havia sido liberado um montante de R\$ 580.083.321 (quinhentos e oitenta milhões oitenta e três mil trezentos e vinte um reais) sobre os quais incidiram sobre os quais incidirão juros de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2020 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2034.

c) Garantias

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

d) Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a Companhia deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

No entanto, conforme o contrato, esse índice deve ser apurado somente a partir de 2021, primeiro ano em que haverá 12 meses de amortização do contrato.

e) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal):

	<u>Amortização</u>
2022	45.158
2023	45.158
2024	45.158
2025	45.158
2026-2034	365.030
	<u>545.662</u>

18. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

Ativo

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber - partes relacionadas	1.034	288
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	985	49
Outros	49	239

Passivo

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	6.298	15
Aluguel (ii)	10	9
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	5.395	-
Outros	893	6

Resultado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado - partes relacionadas	(14.895)	(15.804)
Despesa de aluguel (ii)	(114)	(107)
Despesa com juros de empréstimos com a SGBH (nota explicativa 17)	-	(15.697)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(14.781)	

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

- (i) Em 21 de fevereiro de 2020 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo incluiu a Companhia no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH

19. Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2020	31/12/2019
<u>Remuneração fixa e variável (*)</u>		
<u>Salário</u>	761	101
<u>Benefícios diretos e indiretos</u>	148	29
<u>Encargos</u>	401	84
<u>Provisões (13 salário, férias e bônus)</u>	665	214
Valor total da remuneração	1.975	428

(*)Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$675.001.000, dividido em 675.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2020 e 2019</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

c) Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

d) Reserva especial de lucros a realizar

Companhia destinou para a conta de reserva especial de lucros a realizar os resultados decorrentes dos ajustes do CPC 47, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018. Esses valores também foram base para a constituição de reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios.

e) Reserva de incentivos fiscais

A PRTE é elegível a incentivo fiscal regional por meio de redução do imposto de renda pessoa jurídica (CIT) com base em método de cálculo denominado "Lucro da Exploração" por estar localizada na região sob jurisdição da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 102/2021 de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029.

De acordo com a legislação em vigor, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi R\$ 39.140.672 (trinta e nove milhões cento e quarenta mil seiscientos e setenta e dois reais) em 31 de dezembro de 2020.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

f) Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	325.735	313.250
Reserva legal (5%)	<u>(16.287)</u>	<u>(15.663)</u>
Base de cálculo para os dividendos	309.448	297.588
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	3.094	2.976
Provisão de juros sobre capital próprio	<u>(29.374)</u>	<u>(82.095)</u>

Em 07 de outubro de 2019 foram pagos R\$ 3.120 referente a dividendos do exercício de 2018.

21. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional bruta	419.599	415.753
Receita de rateio de antecipação	(7.670)	649
Receita de encargos de transmissão	391.869	367.816
Recuperação de PIS e COFINS	37.607	37.363
Receita de novas obras RBNI	1.098	256
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(4.765)	(2.152)
Indisponibilidade de equipamentos	13.700	(368)
Descontos Incidentes na TUST	(12.240)	12.189
Deduções da receita operacional	(44.513)	(43.205)
PIS	(6.934)	(6.866)
COFINS	(31.940)	(31.625)
P&D	(3.751)	(3.598)
TFSEE	(1.888)	(1.116)
	<u>375.086</u>	<u>372.548</u>

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

22. Custo da operação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(14.124)	(11.862)
Material	(874)	(322)
Serviços de terceiros	(1.057)	(380)
Depreciação e amortização	(41.153)	(41.002)
Gastos diversos	(1.687)	(843)
Outros	(325)	(196)
	<u>(59.220)</u>	<u>(54.605)</u>

23. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(9.478)	(788)
Administradores	(1.117)	-
Material	(285)	(25)
Serviços de terceiros	(1.663)	(1.153)
Arrendamentos e aluguéis	(157)	(122)
Doações	(29)	(1.648)
Provisão/reversão (i)	(8)	(178)
Tributos	(3)	(107)
Depreciação e amortização	(244)	(243)
Outras	(482)	(368)
	<u>(13.491)</u>	<u>(4.632)</u>

(i) Variação refere-se substancialmente a inclusão dos custos do rateio 699 na companhia em 2020.

24. Despesas de pessoal

Pessoal - operação	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Remuneração	(9.264)	(8.140)
Encargos	(3.176)	(3.068)
Outros Benefícios - Corrente	(1.652)	(658)
Outros	(32)	4
	<u>(14.124)</u>	<u>(11.862)</u>

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Pessoal - administração	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	(5.010)	(596)
Encargos	(2.136)	(110)
Benefícios	(1.168)	(72)
Administradores	(1.117)	-
Outros	(1.164)	(10)
	(10.595)	(788)
	(24.719)	(12.650)

25. Outras receitas / (despesas) operacionais

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão

	31/12/2020	31/12/2019
Reserva SUDAM (i)	39.141	-
Outras despesas	(776)	(228)
	38.365	(228)

(i) Valor refere-se a incentivo fiscal que foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 102/2021 de fevereiro de 2021

26. Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receita financeira	3.211	10.580
Receitas de aplicações financeiras	3.409	10.989
Outras receitas financeiras	(38)	110
Tributos sobre receitas financeiras	(160)	(519)
Despesa financeira	(45.132)	(55.021)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(43.510)	(42.443)
Juros e multas	(115)	(1.383)
Outras despesas financeiras	(1.507)	(11.195)
	(41.921)	(44.441)

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

27. Imposto de renda e Contribuição social

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contribuição social	(15.421)	(15.439)
Imposto de renda	(47.326)	(41.182)
	<u>(62.747)</u>	<u>(56.621)</u>

28. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

28.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	7	187.263	96.818
Títulos e valores mobiliários	10	20.875	25.491
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Concessionárias e permissionárias	8	42.139	41.485
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Financiamentos - terceiros	17	592.570	630.325
Fornecedores - terceiros	14	15.664	70.342
Fornecedores - partes relacionadas	18	6.298	15

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

28.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

c) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

29. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cível (i)	4.478	1.361
Servidões	1	-
Fiscal (i)	1.397	-
	<u>5.876</u>	<u>1.361</u>

(i) Variação refere-se substancialmente em mudança de prognóstico devido ao andamento dos processos em 2020.

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Seguro Patrimonial	Risco operacional	313.190	477.552
Responsabilidade Civil	Risco Civil	20.000	10.000
Veículos	Carros	755	902
Total Seguros		333.945	488.454

31. Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 12.525.761. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
PRTEPM20203520	Sepco1	Termo Encerramento e Quitação - C2	16/09/2020	5.000
PRTEPM20203519	Sepco1	Termo Encerramento e Quitação - C3	30/09/2020	5.400
PRTE-ENG-2018-177	NARI	Contrato EPC para PRTE - Ribeirãozinho IB	28/09/2018	125
PRTE-ENG-2016-0012	CET	Contrato EPC para PRTE	21/12/2016	2.000
				12.525

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Cronograma de vencimento	Em R\$
2021	12.525
	<hr/>
	<u>12.525</u>